

LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Fabiano Custodio de Oliveira¹

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG – fabiano.geografia@gmail.com

Resumo: A Educação do Campo é uma política pública que nos últimos anos vem se fortalecendo no Brasil. Essa política pública é caracterizada como o pagamento de uma dívida histórica do Estado aos sujeitos do campo, que tiveram negado o direito a uma educação de qualidade. A partir desse direito surgiu o curso de Licenciatura em Educação do Campo, voltado para formar profissionais para atuarem nas escolas do campo, tendo assim uma formação diferenciada das outras licenciaturas, pois o Curso de Licenciatura em Educação do Campo visa formar sujeitos para atuarem por área de conhecimento e não por disciplinas isoladas, gerando assim uma maior amplitude na área de atuação dos profissionais da Licenciatura em Educação do Campo. Desta forma, essa pesquisa tem por objetivo apresentar o surgimento e o percurso formativo da Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da Universidade Federal de Campina, tendo por base o Projeto Pedagógico do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo. Nessa pesquisa utilizamos os pressupostos da pesquisa qualitativa desenvolvida por diferentes etapas, à primeira etapa consistiu em identificar o objeto a ser pesquisado, na segunda etapa foi realizada uma pesquisa bibliográfica para fundamentação do objeto de estudo e a terceira etapa consistiu na pesquisa no Projeto Pedagógico do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo. Os dados foram analisados a partir de uma abordagem qualitativa, apresentados através de quadros e discutidos de forma descritiva. Com a finalização da pesquisa, identificamos que a Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da UFCG é de grande relevância para a educação, devido a sua especificidade de formar professores (as) para atuar nas Escolas Básicas do Campo, preparando educadores para uma atuação que vá além da docência e dê conta da gestão dos processos educativos que acontecem na escola e no seu entorno.

Palavras-chave: Licenciatura. Educação do Campo. Área de Conhecimento. Interdisciplinar.

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo é uma política pública que nos últimos anos vem se fortalecendo no Brasil. Essa política pública é caracterizada como o pagamento de uma dívida histórica do Estado aos sujeitos do campo, que tiveram negado o direito a uma educação de qualidade, uma vez que os modelos pedagógicos marginalizavam os sujeitos do campo, já que se vinculavam ao mundo urbano, desconhecendo a diversidade sociocultural do povo brasileiro. Desta forma, Caldart (2002) destaca que os sujeitos do campo têm direito a uma educação pensada, desde o seu lugar e com a sua participação, ligada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.

¹ Professor Doutor do Curso da Licenciatura em Educação do Campo – CDSA/UFCG - Área das Ciências Humanas e Sociais. Coordenador do Subprojeto PIBID – DIVERSIDADE – Ciências Humanas e Sociais – CDSA/UFCG. (83) 3322.3222

A partir desse direito surgiu o curso de Licenciatura em Educação do Campo, voltado para formar profissionais para atuarem nas escolas do campo, tendo assim uma formação diferenciada das outras licenciaturas, pois o Curso de Licenciatura em Educação do Campo visa formar sujeitos para atuarem por área de conhecimento e não por disciplinas isoladas, gerando assim uma maior amplitude na área de atuação dos profissionais da Licenciatura em Educação do Campo.

Partindo do pressuposto de que a Licenciatura em Educação do Campo tem por objetivo formar professores para atuarem por área de conhecimento, nos surgiu a inquietação de entendermos como se dá o processo formativo do(a) licenciando(a) em Educação do Campo da Universidade Federal de Campina Grande.

Assim sendo, a pesquisa tem por objetivo apresentar o surgimento e o percurso formativo da Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da Universidade Federal de Campina, tendo por base o Projeto Pedagógico do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nessa pesquisa utilizamos os pressupostos da pesquisa qualitativa, como indica Gil (2012), desenvolvida por diferentes etapas, a primeira etapa consistiu em identificar o objeto a ser pesquisado, na segunda etapa foi realizada uma pesquisa bibliográfica para fundamentação do objeto a ser pesquisado, tendo como base SILVA (2011); SANTOS (2013); PENTEADO (2008); AUED e VENDRAMINI (2012); CALDART (2002); MOLINA (2015) e RODRIGUES (2002), a terceira etapa consistiu na pesquisa no Projeto Pedagógico do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo.

Os dados foram analisados a partir de uma abordagem qualitativa, apresentados através de quadros e discutidos de forma descritiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Breve Histórico da Licenciatura em Educação do Campo

Segundo Silva (2011), a história da implantação de projetos educacionais para os povos do campo sempre esteve ligada aos projetos econômicos de fortalecimento do capital, mostrando assim que a escola faz parte de um todo e

tende a incorporar a forma como se estruturam as relações de trabalho na sociedade. Resultando, assim, em uma organização escolar voltada totalmente para a elite do país, deixando a maioria da população marginalizada, ou seja, sem acesso aos direitos políticos, civis, e sociais, destacando principalmente uma negligência à escolarização.

Esse modelo de educação nasceu junto ao conceito de Educação Rural que surgiu na década de 1920, num grande jogo de interesses entre a burguesia industrial, que eram emergentes da oligarquia agrária e o movimento dos pioneiros da educação, passando assim a afirma-se a partir de 1930, pois, segundo o governo da época, era necessário educar as populações rurais, povoar e sanear o interior (SILVA, 2011)

Essa visão da educação como redentora da miséria e da pobreza trouxe para o campo um modelo de escola vinculado ao projeto de modernização conservadora², que era patrocinado por cooperativas Norte-Americanas e propagado através do sistema de assistência técnica e extensão rural. Tendo como finalidade adequar a população do campo ao projeto desenvolvimentista, que submeteu a agricultura à industrialização, centralizada na visão de que o Brasil para se desenvolver precisaria se industrializar e urbanizar (SILVA, 2011).

A partir da década de 1950, o discurso sociológico de extinção do rural passa a ser predominante dentro e fora da universidade, num ponto de vista de que o campo é uma divisão sociocultural, que deve ser superado e não sustentado. Por isso concordamos com Silva quando a mesma afirma que:

“na história da educação da classe trabalhadora rural, os anos 1940 representam dois problemas contra os quais ela lutou até hoje: a negação da escola para si e seus filhos, ou seja a impossibilidade real e concreta de acesso ao saber sistematizado e o predomínio de projeto e campanhas pela reprodução ampliada do capital para qualificar mão de obra.(SILVA, 2011 pg. 406)

Dessa forma, se compreende que na década de 1940 existia uma grande luta pelo direito à escola, impedindo assim o acesso ao saber estruturado, gerando assim uma repetição do capital para qualificar mão de obra boa e barata.

Ainda segundo Silva (2011), no dia a dia das relações sociais do campo/rural observa-se como os valores da sociedade urbana são impostos de forma acentuada, fazendo uma mistura de velhos e novos elementos como partes do processo de modernização conservadora capitalista, nas relações sociais de produção e vai-se construindo uma concretude e um

² No campo a expressão clássico da modernização conservadora é a revolução verde, ou Revolução Agrícola, em que a produção agrícola foi modernizada, por meio de implementos agrícolas, pacotes agroquímicos, sementes modificadas, etc., mas a estrutura agrária foi mantida.

entendimento do campo sem uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, e, portanto, sem gente.

Essas maneiras de avanço do capitalismo no campo juntamente com o modelo de educação rural contribuíram para a desterritorialização e a erradicação dos povos do campo de seu ambiente, e da busca da zona urbana como única perspectiva de vida e de sobrevivência. Essa determinação leva a uma drástica perda de valores de uma cultura, a perda de identidade, por este motivo a escola precisa também ser pensada como lugar de resistência dessa imposição (CALDART, 2002).

De acordo com Molina (2015), as mudanças na ideia de educação rural para educação do campo não se deram unicamente pela verificação da escola rural, mas também pela rejeição ao processo conservador de modernização para o campo, protegido pelo poder político e pelas elites agrárias. A educação do campo é contrária ao modelo de desenvolvimento capitalista que combina latifúndio e agronegócio, pois estes são grandes culpados pela exclusão e morte dos camponeses. A educação do campo numa nova concepção está ligada à reforma agrária e à agricultura camponesa e agroecológica.

A emergência da educação do campo caracteriza-se pela ausência, pela experiência e pela proposição. O Estado deveria assegurar o direito dos sujeitos do campo à escolaridade, e a uma formação consistente e contextualizada para professores trabalharem nessas escolas do campo. Dessa forma, a experiência que é desenvolvida pelos movimentos sociais e organizações não governamentais foram as bases para a elaboração da proposta da educação do campo (AUDER e VENDERMINI (2012).

A partir de 1980 começaram a surgir Centros de Educação Popular que eram constituídos em sua maioria por militares cristãos, estudantes intelectuais que procuravam recuperar a concepção de educação popular que tiveram seus trabalhos iniciados na década anterior, e tinha a finalidade de ajudar os movimentos sindicais e populares que começavam a se rearticular no país.

Segundo Silva (2011), esses Centros de Educação Populares tiveram uma grande contribuição para a implantação do movimento de Educação do Campo e das práticas educativas desenvolvidas por organizações desde o final dos anos de 1980. Tais centros tinham o trabalho voltado para a “convivência com o semiárido”, e já existia o debate sobre a necessidade de se reinventar as escolas localizadas na zona rural, além de se ter formação inicial e continuada para os educadores que iriam atuar no campo, e também trazer a contextualização da educação como forma de mostrar

o real significado do ensino/aprendizagem e, principalmente, de colocar a escola em conversa com a realidade, os sujeitos e as organizações sociais.

A declaração de que as pessoas do campo têm direito a uma educação contextualizada com a sua realidade surgiu para oferecer aos sujeitos do campo uma educação voltada para sua vida, sua cultura e sua forma de trabalhar, que hoje em dia conhecemos como Educação do Campo (PIRES, 2012).

Ainda segundo Silva (2011), das argumentações levantadas pelos movimentos da sociedade civil organizada e de iniciativas de instituições de ensino superior, requeridos nos anos de 1990, torna-se questão estratégica e temática a formação de docentes para a educação básica. Algumas iniciativas foram fundamentais na formação e apresentação da Educação do Campo como:

O I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária - ENERA, que foi realizado em julho de 1997, a realização da I e II Conferência Nacionais Por uma Educação Básica do Campo, respectivamente em julho de 1998 e em 2004, a articulação nacional das experiências educativas da Pedagogia da Alternância nos Centros de Formação Familiar por Alternância - CEFFAS em 2000, a articulação da Rede de Educação do Semiárido Brasileiro - RESAB em 2000, a Marcha das Margaridas que reivindicou a criação da Coordenação de Educação do Campo em 2004 (SILVA, 2011 pg. 411).

Essas foram algumas iniciativas nacionais que fortaleceram o processo de inclusão da Educação do Campo na agenda política e viabilizaram o debate acerca da prática pedagógica nas Escolas do Campo, denunciando a precariedade das escolas localizadas no campo e também os educadores que não eram profissionais formados para atuarem nessas escolas do campo, gerando assim a necessidade de se ter uma política educacional voltada para o campo.

A elaboração das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, pelo Conselho Nacional de Educação, que deu resultado na Resolução CNE/CEB nº 1, de abril de 2002, foi um processo político no interior do Estado Brasileiro, que conseguiu mobilizar as diferentes organizações e a academia em torno da organização do Movimento da Educação do campo, uma nova nota na legislação brasileira sobre a Educação do campo, abrindo assim espaço para a normatização da Pedagogia da Alternância e o decreto presidencial de 2010, que criou e reconheceu a Educação do Campo e o PRONERA (CALDART, 2002).

Conforme Silva (2011), a partir desse momento, ainda como recurso em construção e como definição não concluída, a Educação do Campo, como direito dos alunos à igualdade do acesso às políticas educacionais e do respeito às

diferenças, passa a difundir-se nos diferentes espaços organizativos e acadêmicos do país.

Segundo Silva (2011), em 2004 foi criado, no Ministério de Educação, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), onde existe uma coordenação de Educação do Campo, e foi organizado ainda no MEC um Grupo Permanente de Trabalho (GPT) sobre educação do campo, virando um espaço de diálogo entre Estado e Sociedade Civil dentro do MEC, e com governantes estaduais e municipais.

Esses procedimentos usados pelas políticas públicas mostram um avanço, no sentido de uma estabilização de políticas educacionais voltadas à realidade do campo. É de conhecimento público o documento da Coordenação Geral de Educação do Campo/SECAD/MEC que, dentre outras questões destaca:

- a) A necessidade de ações assertivas para corrigir a desigualdade sofrida pelos povos do campo, o que particularmente tirou ao longo dos tempos o direito à educação básica e a precariedade no funcionamentos das escolas do campo, bem com a precariedade presente também na formação dos profissionais que nelas atuam; b) A necessidade de construir políticas de expansão das escolas públicas que ofereçam educação básica no e do campo, entendendo a importância de se criar alternativas de organização dos currículos e do trabalho docente, com a necessidade de mudar o quadro atual principalmente na oferta dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio; c) que considera como “escolas do campo” tanto as escolas localizadas em comunidades rurais como também aquelas que estão localizadas na zona “urbana” e que atendem educandos oriundos do campo; d) Que entende a grande necessidade de se ter uma formação diferenciada e continuada para professores atuarem no campo além de aprenderem a valorizar as potencialidades existentes no campo; e) Que entende a urgência de existirem ações afirmativas que ajudem a transformar a situação educacional que hoje existe no campo. Para isso existe uma necessidade de organizar o trabalho pedagógico, e a formação em uma docência multidisciplinar por áreas de conhecimento. Isso faz necessário uma formação específica para os educadores que irão atuar nestas escolas; f) a amostra de experiências educativas relacionadas ao campo que mostre a necessidade de se pensar uma política voltada para o campo, para que assim se altere o cenário de exclusão educacional que ao longo do tempo os povos do campo vêm sofrendo.

Analisando as questões, verificamos que existe um esforço concentrado para a formação dos profissionais das escolas do campo e tenta atender ao que diz o artigo 67 da Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LBDEN e os artigos 12 e 13 das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, que sugere a formação de professores num ponto de vista de profissionalização docente, o que engloba o direito à formação inicial em todos os

níveis, e um processo de formação continuada possibilitando que o professor atue no campo e na cidade com competência.

No dia 23 de novembro de 2005, a “Carta de Gramado”, do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), efetuou o compromisso das secretarias estaduais de educação com a “elaboração e implementação de políticas públicas para a educação do campo”, destacando como uma das temáticas principais a “formação inicial e continuada de professores”, abrindo assim um canal de conversa e ampliação fundamental para implantação dos futuros profissionais da Educação do campo no mercado de trabalho (SANTOS, 2013).

Através do CONSED, quatro universidades Federais foram convidadas a desenvolver uma experiência piloto, foram elas: Universidade de Brasília - UnB, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Universidade Federal da Bahia - UFBA e a Universidade Federal de Sergipe - UFS. Atualmente temos 42 novos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, totalizando 46 cursos em todo território brasileiro.

Segundo Molina (2015), o curso de Licenciatura em Educação do Campo tem como alvo a escola de Educação Básica, com destaque na construção da Organização Escolar e do Trabalho Pedagógico para os anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Os cursos têm como objetivo preparar educadores para irem além da docência e operarem na gestão de processos educativos escolares e na gestão de processos educativos comunitários.

De acordo com a organização da carga horária do mencionado curso, utiliza-se o regime de alternância, isto é, os graduandos alternam períodos presenciais concentrados de aulas na universidade, equivalentes a semestres de cursos regulares. Esses momentos são chamados de “tempo/espço escola-curso”. As atividades a serem desenvolvidas pelos alunos nos seus locais de trabalho e moradia, orientadas pelos professores, ou pela coordenação do curso, ou pelas assembleias dos próprios estudantes serão desenvolvidas no que o curso denomina de “tempo/espço comunidade-escola do campo” (SILVA, 2011).

A organização curricular estrutura-se, observando a oferta de disciplinas, em três níveis de formação articulados e integrados: a) formação básica; b) formação integradora; c) formação específica. Nesse sentido, Rodrigues (2002) destaca que a educação do campo requer uma formação que ultrapasse a educação formal, por esta estar ligada às fronteiras que impedem os sujeitos de desenvolverem um projeto histórico de emancipação humana.

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo resulta de um longo processo de debates e diálogo entre movimentos sociais do campo, Ministério da Educação e as Universidades Públicas, dentre as quais a UFCG aderiu desde o princípio. O processo de criação deste curso em nível nacional foi romper com a formulação do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO, com o primeiro passo da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação – SECAD/MEC.

“O PROCAMPO tem como finalidade apoiar a implementação de cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo nas Instituições de Ensino Superior em todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores (as) para a docência nos anos finais do ensino fundamental e no Ensino Médio nas escolas do campo (PPC do curso de Licenciatura em Educação do Campo, 2011, pg.09).”

A UFCG foi convidada a desenvolver uma experiência piloto juntamente com outras quatro universidades públicas federais: UnB, UFMG, UFBA e UFS. Por questões operacionais do Ministério da Educação, o projeto da UFCG não conseguiu ser executado nesse primeiro momento. No entanto, como a discussão assemelha-se com a aprovação da criação do CDSA - Sumé, que em seu projeto já contemplava esse curso, a comissão de criação do curso deu continuidade a sua definição como um curso regular do CDSA.

Outra ocasião importante foi a apresentação e discussão da proposta inicial do curso em reunião ordinária do Comitê Paraibano de Educação do Campo (12/11/2008), que resultou em importantes contribuições para a elaboração deste projeto. Bem como, e, sobretudo, buscou-se referência, na realidade social, cultural e educacional dos territórios do Semiárido, que serão potencialmente beneficiados pela oferta do Curso, além das orientações do Comitê Paraibano de Educação do Campo, organizado por representantes do Poder Público Estadual e Municipal, das Universidades Públicas do Estado e Movimentos Sociais. Nesse sentido, a Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, atendendo à referida demanda, apresenta sua proposta de Curso de Licenciatura em Educação do Campo pautada em toda uma história que reúne a vocação desta Instituição de Ensino Superior para se relacionar com os povos e a série de problemas do campo.

Dessa forma, o objetivo geral do curso da UFCG é formar professoras (es) para a Educação Básica em consonância com a realidade social e cultural específica das populações que

trabalham e vivem no e do campo, na diversidade de ações pedagógicas necessárias para concretizá-la como direito humano e como ferramenta do desenvolvimento social. O curso tem ainda como objetivos específicos habilitar professores (as) para a docência multidisciplinar na educação do campo nas seguintes áreas de conhecimento: Linguagens e Códigos, Ciências Humanas e Sociais e Ciências Exatas e da Natureza, e formar educadores (as) para atuação na Educação Básica com competências a fazerem a gestão de processos educativos e a desenvolverem estratégias pedagógicas que visem à formação de sujeitos autônomos e criativos capazes de produzir soluções para questões inerentes a sua realidade, vinculadas à construção de um projeto de desenvolvimento sustentável para o país.

A Licenciatura em Educação do Campo se estabelece pela sua especificidade de formar professores (as) para atuar nas escolas básicas do campo, preparando e estimulando educadores para uma atuação que vá além da docência e dê conta da gestão dos processos educativos que acontecem na escola e nos seus arredores. Para isso seu projeto pedagógico se caracteriza para se desenvolver de modo articulado, ensino, pesquisa e extensão para habilitar professores para a docência multidisciplinar nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio por meio de um currículo organizado por áreas de conhecimentos.

O curso está organizado no regime presencial e adotando o sistema de créditos com abordagem na metodologia da alternância, o curso compreende um total de 235 créditos e 3.525 horas, a serem integralizadas, no mínimo, em oito e, no máximo, em doze períodos letivos, com aulas concentradas em três dias da semana: quartas, quintas e sextas.

O trabalho pedagógico, conforme a metodologia da alternância é desenvolvido em dois tempos: tempo escola e tempo comunidade. O **tempo academia** – que é o tempo de formação na Academia, desenvolvido na Unidade Acadêmica de Educação do Campo do CDSA/UFCG na cidade de Sumé. O **tempo comunidade** – compreendido como o tempo de exercício da prática pedagógica, da pesquisa e da extensão é desenvolvido nos locais de trabalho/moradia dos estudantes.

A matriz curricular está organizada em três dimensões da formação docentes articuladas e integradas: **Formação básica, formação específica e formação Integradora.**

A **formação básica** tendo como base o estudo da literatura pertinente e a análise crítica de distintas realidades educacionais, inclui, entre outros aspectos, a “utilização de conhecimento multidimensional sobre o ser humano, em situações de aprendizagem”. Caracteriza-se pela formação geral do alunado, incluindo conhecimentos que subsidiam a docência, quanto às dimensões filosófica, sociológica,

histórica, política, psicológica, econômica, cultural etc.

A **formação específica** está voltada às áreas de atuação profissional e engloba: os conhecimentos básicos para a prática pedagógica em cada área do conhecimento para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio do campo; e a gestão, coordenação, avaliação do trabalho pedagógico, a criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos, metodologias e processos de aprendizagem que abrangem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira.

Engloba, portanto, conhecimentos designados à capacitação do docente para os conteúdos e metodologias específicas de sua área de atuação, além de conhecimentos desejando uma maior modernização da formação docente frente às transformações de uma sociedade complexa e plural. Dessa forma, são propostas as seguintes áreas de aprofundamento: Ciências Humanas e Sociais, Ciências Exatas e da Natureza e Linguagens e Códigos.

- a) **Ciências Humanas e Sociais** (Geografia, História, Sociologia e Filosofia);
- b) **Ciências Exatas e da Natureza** (Física, Química, Biologia e Matemática); ou
- c) **Linguagens e Códigos** (Língua Portuguesa, Literatura, Língua Estrangeira, Artes e Cultura Corporal).

Cada uma das áreas de aprofundamento é composta por 64 (sessenta e quatro) créditos complementares obrigatórios para a formação específica, com uma carga horária de 960 (novecentos e sessenta) horas, a serem complementadas ao longo do curso a partir do 4º período, no qual os estudantes farão a opção por uma das áreas e seguir.

A **formação integradora**, cujo objetivo é propiciar atividades de enriquecimento didático, curricular, científico e cultural.

O graduando em Licenciatura em Educação do Campo trabalha com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada pelo exercício da profissão, fundamentando-se em interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética. Este repertório se constitui por meio de múltiplos olhares, próprios das ciências, das culturas, das artes, da vida cotidiana, que proporcionam leitura das relações sociais e étnico-raciais, também dos processos educativos.

Entre o período de setembro de 2009 a abril de 2018 houve algumas mudanças no seu projeto inicial da Licenciatura em Educação do Campo, entre eles podemos destacar: dias do tempo

academia, forma de ingressar no curso e inserção de disciplinas no percurso formativo. Essas mudanças são frutos de debates entre o NDE, colegiado do curso, alunos e docentes que estão finalizando a elaboração de um novo Projeto Pedagógico do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a finalização da pesquisa, identificamos que com a universalização do acesso à escola, a sociedade brasileira - e em especial a escola – tem enfrentado o desafio de incorporar grupos sociais que historicamente foram excluídos dos processos de escolarização. No enfrentamento desse desafio, cabe ao licenciado em Educação do Campo contribuir na tarefa de democratizar o acesso aos conhecimentos visando, entre outros objetivos, a promoção da melhoria nas condições de vida das pessoas.

De modo mais específico, isso implica em ser um profissional capaz de investigar, refletir, gerar conhecimento, gerir e ensinar tanto no âmbito escolar como em espaços não-escolares. Tais competências são coerentes com aquilo que as “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” estabelecem para a formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo, acentuando: o respeito à diversidade cultural e o protagonismo tendo em vista a interação e transformação do campo; o aprender de forma autônoma e contínua, realizando o duplo movimento de derivar o conhecimento; trabalhando de forma multidisciplinar; pautando-se na ética e na solidariedade enquanto ser humano, cidadão e profissional.

Nesse contexto a Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da UFCG é de grande relevância para a educação, devido a sua especificidade de formar professores (as) para atuar nas Escolas Básica do Campo, preparando educadores para uma atuação que vá além da docência e dê conta da gestão dos processos educativos que acontecem na escola e no seu entorno. Para tanto seu projeto pedagógico se caracteriza para se desenvolver de modo articulado ensino, pesquisa e extensão para habilitar professores para a docência multidisciplinar nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio por meio de um currículo organizado por áreas de conhecimentos numa perspectiva interdisciplinar, diferenciando das demais licenciaturas que formam por campo disciplinar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUED, Bernadete e VENDRAMINI, Célia Regina (Org). **Temas e Problemas no Ensino em Escolas do Campo**. São Paulo: Outras expressões, 2012.

CALDART. Roseli Salete et al (org). **Caminhos para transformação da Educação: Reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular: 2002.

CALDART. Roseli Salete. **Licenciatura em Educação do Campo e projeto Formativo**. In: __. CALDART. Roseli Salete et al (Org). **Caminhos para transformação da Educação: Reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular: 2002. P. 127-154.

Gil, Antônio Carlos, **Métodos e Técnicas de Pesquisa Sociais** 6. ed.. São Paulo: Atlas, 2012.

MOLINA, Monica Castagna, **Expansão das licenciaturas em educação do campo: Desafios e Potencialidades**, UFPR, Curitiba; 2015.

PENTEADO, Heloísa Dupas, **Metodologia do Ensino de História e Geografia**, Cortez, 2008, 256 pg.

PIRES, Ângela Monteiro Pires. **Educação do Campo Como Direito Humano**. São Paulo: Cortez, 2012.

Projeto Pedagógico do Curso da Licenciatura em Educação do Campo - UFCG, 2011.

RODRIGUES. ROMIR. **Reflexões Sobre a Organização Curricular por Área de Conhecimento** In: __. CALDART. Roseli Salete et al (Org). **Caminhos para transformação da Educação: Reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular: 2002. P. 101-126

SANTOS, Cláudio Félix dos, **O “aprender a aprender” na formação de professores do campo**, Campinas, SP: Autores Associados; 2013.

SILVA, Maria do Socorro, **A Construção da Licenciatura em Educação do Campo: Espaço de Diálogo e Ruptura na Universidade**, João Pessoa: Editora UFPB, 2011.